

Jornalismo *Freelancer* e Reestruturação Produtiva Das Redações No Século XXI¹

André THIBES²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

O *freelancer* sempre foi uma forma de contratação presente nas redações jornalísticas enquanto exceção ao processo de profissionalização. Entretanto sofreu mudanças significativas em questões de quantidade e de significação frente às empresas. Uma das características da reestruturação produtiva pós década de 1970 é a flexibilização das relações de trabalho. Neste contexto, o *freelancer* parece ter um lugar central enquanto estratégia de precarização na lógica produtiva do modelo de negócios das empresas de jornalismo. O presente trabalho tenta localizar este tipo de profissional no contexto de reestruturação produtiva das redações no século XXI, que convive com formas de contratação convencionais, mas deixa se ser apenas um elemento de exceção para se tornar cada vez mais recorrente.

Palavras-chave: Jornalismo *freelancer*; jornalista; precarização do trabalho; reestruturação produtiva.

Introdução

O período atual do jornalismo está sendo marcado por profundas mudanças no processo produtivo, decorrentes ao menos de dois aspectos cruciais: 1) as mudanças tecnológicas que afetam tanto práticas profissionais dos jornalistas quanto formas de se relacionar na sociedade como um todo; e 2) as transformações no mundo do trabalho, decorrentes principalmente pós-crise de década de 1970 internacionalmente que têm impactos diretos nas relações de trabalho em todo o mundo, inclusive no jornalismo brasileiro.

São premissas que nos levam a questionar em que medidas se dão estas transformações. Ao passo que inovações tecnológicas permitem uma aceleração nas formas de produzir jornalismo, o nível de precarização das condições de trabalho do jornalista se intensifica e merece destaque. É uma realidade de redução de mão-de-obra, acúmulo de tarefas em poucos profissionais e disfarces de relações de trabalho em condições desregulamentadas.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Jornalismo da UFSC, email: andrethibes01@gmail.com.

Ao mesmo tempo, há um número elevado de egressos sem grandes oportunidades de emprego no campo do jornalismo. Este fator gera um cenário de rotatividade e trabalho precário, onde as redações tradicionais subcontratam profissionais com a garantia de que se um jovem não aceitar, há outros ávidos pela inserção no mercado de trabalho.

Neste cenário, um personagem que esteve presente desde o início do século XX começa a aparecer com mais impacto: o *freelancer*. Entretanto, naquele momento ele poderia ser visto como um profissional privilegiado, com maior poder de barganha e autonomia frente às redações devido ao seu prestígio e qualificação de destaque. No cenário atual, a presença do *freelancer* se dá em maior escala como estratégia de precarização das redações (BURKHARDT, 2006). O privilégio e a autonomia daquele momento com relação às redações se perdem. O que se torna vantagem para as redações atuais frente ao vasto corpo profissional desempregado. As relações de emprego desse tipo de trabalhador cabem como uma luva para as necessidades de redução de custos e mão de obra flexibilizada.

Portanto, o artigo pretende investigar este cenário com maior preocupação nas condições de trabalho do jornalista *freelancer*. Em primeiro lugar, será necessária uma contextualização das transformações no mundo do trabalho pós-década de 1970 e seus desdobramentos no setor do jornalismo duas décadas após, partindo do pressuposto de que há impactos desta reestruturação no modelo atual de redação.

Em segundo, investigaremos os impactos das tecnologias nas redações brasileiras, verificadas com maior ênfase a partir das décadas de 1980 e 1990. Quais as possibilidades que estas tecnologias permitem no fazer cotidiano do jornalismo, e quais as mudanças que acarretam nas características profissionais?

O modelo de redação que se constituiu no decorrer do século XX tem semelhanças com o modelo fordista de produção (LAGE, 2012). As alternativas para este modelo desenvolvidas pós-crise na década de 1970 podem ser constatadas também nas transformações das redações jornalísticas brasileiras. Em parte, estas transformações são respostas às crises decorrentes de descentralização do controle de informação percebida com o desenvolvimento da internet.

Com tal cenário apresentado, a concentração de funções em poucos trabalhadores e amplitude das tecnologias de informação permitem o surgimento do jornalismo *freelancer* enquanto modelo de destaque que se dissemina como prática cada vez mais usual em redações tradicionais. Será preciso compreender a trajetória desse modelo de trabalho e as suas principais peculiaridades como trabalhador precário no modelo de redação atual.

É interessante observar que se trata de um modelo de relação de trabalho que convive com os modelos tradicionais. O *freelancer* não parece significar o fim das relações de contrato tradicionais, ainda que se verifique que o aumento do *freelancer* possa ser proporcional à diminuição dos contratos de relações de trabalho tradicionais. Esta é uma tendência demonstrada por Harvey (2014) sobre as mutações no mundo do trabalho, onde explica que “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 2006, p. 144).

Portanto, analisaremos o lugar do jornalista freelancer num contexto de mudanças estruturais no modelo de negócios das empresas de jornalismo no século XXI.

Transformações no mundo do trabalho

O século XX foi marcado por profundas mudanças no mundo do trabalho, impactando também o jornalismo. No início deste século, pudemos presenciar um processo de industrialização e urbanização da sociedade. O modelo fordista de produção pode ser datado a partir de 1914, quando Henry Ford estabeleceu alguns parâmetros ligados a jornada de trabalho e linha de montagem nas fábricas automotivas. Apesar dos aspectos iniciais direcionados às fábricas automotivas, foi um modelo de produção que se expandiu para todo setor produtivo na sociedade capitalista, que neste período intensificava a modernização das cidades e a produção em larga escala (HARVEY, 2014).

Uma das características principais deste modelo de produção era o aspecto de linha de montagem, onde o trabalhador ficava altamente especializado em tarefas específicas e relativamente simples. O trabalho era segmentado e o tempo de execução era administrado por uma estrutura de funcionários hierárquica e rígida. Foi um tipo de trabalho que se diferenciou dos modelos artesanais anteriores por tirar os trabalhadores de casa e concentrá-los no ambiente da fábrica. Em geral, esse sistema de produção resultava em um não reconhecimento do processo geral da produção nas fábricas.

Outras preocupações interessantes neste período eram relacionadas a aumentos de salários para conseqüente aumento do poder aquisitivo da população, que se inseria em uma cultura de consumo gradativa. Nesse sentido, Harvey (2014, p. 131) fala em um contexto pós-guerra do qual o fordismo “tem de ser visto menos como mero sistema de produção em

massa do que como um modo de vida total”. Com o fim da II Guerra Mundial, o modelo de produção das fábricas automotivas fordistas se expandiu para outros países. Foi neste período que essa forma de produção deixou de ser uma peculiaridade para se tornar padrão em diversos países, incluindo o Brasil. Ainda assim, os aspectos ligados à bem estar social foi mais forte em países centrais do que em países periféricos.

Entretanto, em meados de 1960 e 1970, uma crise de superacumulação “tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2014, p. 135). As razões de tais incapacidades foram relacionadas a dois aspectos: rigidez do processo produtivo e resistência coletiva da classe trabalhadora (HARVEY, 2014).

Para tanto, um novo modelo de produção se delimitou, a acumulação flexível, que segundo Harvey (2014):

(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [...]. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (p. 140)

Para o trabalhador, foi um modelo de acumulação que representou precarização de condições de trabalho nunca antes vistas. Segundo Antunes (2015), é um período em que há “destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha” (ANTUNES, 2015, p. 38). Os níveis de precarização podem ser traduzidos em intensos processos de terceirização, trabalho informal, exigência de contratos em modelo de pessoa jurídica por imposição do capital e trabalho voluntário (ANTUNES, 2015).

Essa realidade tem desdobramentos no mundo do trabalho do jornalismo e sua compreensão serve de pré-requisito para a compreensão do modelo de negócios das empresas jornalísticas. Como aponta Mick (2013), tais estratégias de precarização podem ser verificadas nas redações brasileiras através dos seguintes níveis: jornada excessiva, multifuncionalidade, aumento de produtividade, diversificação das formas de exploração do trabalho, baixa remuneração e eliminação de benefícios não salariais.

Entretanto, antes de adentrar neste âmbito, outro fator precisa ser explorado, a inserção das tecnologias de informação nas redações. Entender esta especificidade no

jornalismo é fundamental para entender as dimensões da precarização do trabalho na profissão, bem como as características estabelecidas para o modelo *freelancer*.

Impacto das tecnologias e mudanças nos modelos de redações

O processo de industrialização das redações no Brasil remonta o decorrer do século XX, culminando em 1969 com o decreto lei que regulamenta a profissão. Neste período as redações começam a conter características muito próximas ao modelo fordista de produção. Segundo Sodré (1999), inicialmente o jornalismo era feito de forma mais artesanal por literatos e pessoas ligadas a divulgação de ideias. O processo de industrialização transformou as redações em um ambiente de trabalho fragmentário e sistematizado. Os jornais passam a se organizar em editorias bem definidas e os profissionais realizam tarefas bem focadas, como reportagem, editoração, copidesque, revisão e fotografia. Há neste período uma estrutura hierárquica bem definida.

Este modelo de redação vigorou no Brasil até o período de informatização, verificado a partir de 1980 e intensificado exponencialmente nas décadas seguintes. Em termos de condições de trabalho, a principal transformação está associada à rigidez de relações contratuais nas redações anteriores e maior flexibilidade associada à redução de mão de obra nas redações atuais. Ambas as características foram apontadas por Harvey (2014) como tendência geral dos mercados no período moderno e de acumulação flexível no período atual respectivamente.

Com a informatização, as tecnologias de informação e a internet se tornaram mais presentes nos cotidianos das redações. No contexto brasileiro, este período pode ser exemplificado pela criação da redação do Diário Catarinense em 1986, em Florianópolis/SC. Trata-se da primeira redação totalmente informatizada da América Latina.

A inserção de tecnologias no cotidiano das redações é uma realidade sem volta. A proliferação de dispositivos móveis e as facilidades representadas por tais dispositivos e demais tecnologias de informação nas redações não permitem que haja um retorno a um período anterior. Segundo Baldessar (2003), estes fatores mudaram (ainda que não radicalmente) o cotidiano dos jornalistas. Portanto, cabe destacar em linhas gerais, as principais modificações que ocorreram neste sentido.

Segundo a autora, o computador “é recebido primeiro com medo e depois com encantamento. O computador facilita a execução das tarefas e, inegavelmente, melhora os aspectos físicos do ambiente de trabalho” (BALDESSAR, 2003, p.15). Entretanto, prossegue: “Em contraposição ao silêncio e ao conforto da sala climatizada, o novo instrumento acentua a ocorrência de doenças do trabalho, especialmente as conhecidas lesões por esforço repetitivo”. (BALDESSAR, 2003, p.15).

Os resultados imediatos foram aceleração de processos e sensação de insegurança por parte do trabalho tradicional. Foi uma transformação ambígua. Ainda que tenham significado inovações de redução de tempo de trabalho em determinadas tarefas, resultaram concomitantemente em redução de postos e mão de obra em outras. Baldessar (2003) destaca esta contradição. Segundo ela, na medida em que cria, destrói postos de trabalho; na medida em que qualifica, desqualifica tarefas e força de trabalho, seja com crescente especialização ou com a integração de tarefas; e desenvolve uma organização centralizada e descentralizada da produção. Em suas palavras:

Própria de uma situação de transição, a introdução de um outro instrumento no cotidiano dos jornalistas provoca reações de encantamento, temor e resistência. Encantamento porque facilita o dia a dia, pela possibilidade de um trabalho mais ágil, mais limpo. A redação é mais silenciosa. O medo vem sempre acompanhado pela possibilidade do desemprego. A resistência manifesta-se sutilmente na adoção de estratégias defensivas individuais (BALDESSAR, 2003, p. 25).

Pensando no processo de produção, as tecnologias que se agregaram ao fazer jornalístico neste período permitiram novas possibilidades na realização do ofício. À primeira vista, facilitadoras do ponto de vista do profissional. Entretanto, nos parece que quanto mais tecnologias digitais são inseridas com a finalidade de operacionalizar o trabalho, mais produtividade é exigida de menos profissionais. É deste tema que trataremos com mais afinco a seguir.

Acúmulo de trabalho em redações “enxugadas”

Com a informatização e inserção de tecnologias digitais nas redações, as rotinas foram gradativamente alterando. Em geral, as características inerentes ao cotidiano profissional estabelecidas no decorrer da profissionalização das redações foram passíveis de concentração em um único profissional.

Este padrão de redação vem passando por um processo de “enxugamento” de mão-de-obra. O corpo profissional está sendo substituído em função das facilidades apresentadas por processos tecnológicos. Segundo levantamento realizado pelo portal *Comunique-se*³, cerca de 1.400 jornalistas foram demitidos no Brasil somente em 2015. Somado a isso, há mudanças na forma como o público consome jornalismo. Se torna um fluxo mais acelerado e proativo devido ao acesso a dispositivos móveis capazes de filmar, gravar, editar e produzir conteúdo a preços acessíveis e de fácil manuseio.

Os postos de trabalho estão sendo ocupados por profissionais que ainda se mantêm nas redações em um movimento de acúmulo de tarefas. O profissional regularmente empregado, salvo exceções, demonstra possuir alta especialização em diversas funções para diversas plataformas. Mick e Ribeiro (2015) identificaram um perfil profissional que vem sendo mais recorrente nos últimos 15 anos, ao que chamaram de profissional multimídia:

[...] compreende o conjunto de processos jornalísticos, da produção à publicação de matérias, não necessariamente no mesmo ambiente ou suporte. Um exemplo são as coberturas de eventos especiais, em que uma única equipe, ou mesmo um único repórter, produz materiais diferentes, sobre o mesmo tema, para os diversos veículos do mesmo grupo jornalístico. Trata-se de jornalismo multimídia, pois os relatos do acontecimento resultaram de uma única produção e foram publicados em mais de uma mídia – rádio, jornal, TV e web – mas podem ser consumidos independentemente, pelo público de cada um desses veículos. (MICK e RIBEIRO, 2015, p. 3).

Interessante observar que ao invés do sentimento de resistência individual, diagnosticado por Baldessar (2003), no exemplo do jornalista multimídia de Mick e Ribeiro (2015) ocorre um exemplo de resistência coletiva. Em um caso da RBS, quando esta prática se iniciou, houve resistência por parte do sindicato da categoria no estado de Santa Catarina, sob o argumento de que o profissional elencado para estas tarefas estaria retirando o trabalho de outros profissionais que poderiam compor uma equipe. Na ocasião, o autor destacou que houve “o imprevisto por parte dos veículos; a falta de capacitação técnica dos jornalistas; e o despreparo da categoria profissional frente a uma nova realidade de mercado” (MICK e RIBEIRO, 2015, p. 8).

Esta realidade, entretanto, não altera apenas a rotina deste perfil profissional. Ainda que em levantamento realizado em 2013, Mick (2013) tenha diagnosticado que mais da metade dos profissionais do mercado realiza quatro atividades na mídia, o autor identifica

³ Fonte: <http://portal.comunique-se.com.br/especiais/79757-2015-chega-ao-fim-com-mais-de-1-400-demissoes-na-area-de-comunicacao>

que os demais profissionais neste mesmo período também sentem os efeitos das práticas polivalentes e multifuncionais.

Compreendendo tais aspectos das inserções das tecnologias nas redações e as transformações no mundo do trabalho apresentadas anteriormente, será possível averiguar as transformações no mundo do trabalho do jornalismo pela ótica do profissional e suas condições laborais.

Impactos da reestruturação no mundo do trabalho do jornalismo

No modelo de produção fordista, a profissionalização das redações retirou o jornalista de casa e de suas formas artesanais de produção para concentrar a produção em um ambiente coletivo específico para tal. Entretanto, há uma peculiaridade referente ao tipo de trabalho realizado pelo jornalista. Trata-se de uma profissão que lida diretamente com o cotidiano urbano em um período em que a sociedade está migrando para as cidades. Neste período, o jornalista começa a explorar as ruas e delimitar suas características profissionais. Segundo Jeana Santos (2015), foi um período em que o jornalista, junto com o desenvolvimento da sociedade, saiu dos ambientes das casas e foi para os ambientes das ruas.

As tecnologias de informação nas redações e a reestruturação produtiva no mundo do trabalho jornalístico permitiram maior mobilidade e alteraram a lógica produtiva até então verificada como próxima ao modelo fordista. Segundo Müller (2012, p. 153):

Do ponto de vista do processo de trabalho, a informatização significou uma reaglutinação de processos comparável ao registrado por ocasião da mecanização da imprensa no século XIX, inclusive a extinção de funções. Significou, portanto, certa reversão do fordismo que havia sido implementado ao longo do século XX. Essa reaglutinação fez desaparecer funções, inicialmente na impressão, posteriormente na pré-impressão (composição) e finalmente na redação, nas quais a informatização eliminou, reduziu ou tornou mais eficientes e rápidas atividades como as de revisão, redação e diagramação. Paralelamente estabeleceu-se uma tendência de que um mesmo profissional assumisse a responsabilidade por várias funções, em particular nas empresas que operavam várias mídias, fenômeno que se acentuou durante a década de 1990 na medida em que se acentuou o que se convencionou chamar de convergência de mídias.

A atual lógica de produção envolve um trabalho altamente qualificado nos postos de redação, enquanto que fora delas há um trabalho instável e inseguro (MICK, 2013). Sobre a

reestruturação produtiva nas redações, Fígaro, Nonato e Grohmann (2013), ao analisarem os jornalistas de São Paulo, apresentam o seguinte diagnóstico:

A reestruturação produtiva ocorrida no mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 1990, transformou as relações de trabalho. Foi a partir dessa década que aumentou o número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de contratação, como a terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e *freelancers*, entre outros. São os jovens, não sindicalizados, que mantêm vínculos precários, trabalham entre oito e dez horas por dia e em ritmo acelerado. O fato de a maioria dos *freelancers* receberem o pagamento a partir de nota fiscal fornecida por um terceiro e trabalharem no setor de revista e Internet dá indicações claras de onde estão os problemas contratuais. (FIGARO, NONATO e GROHMANN, p. 45, 2013).

Para o trabalho inseguro e instável que é possível verificar na produção das redações atuais, um personagem tem relativa importância por suas características de flexibilidade, o *freelancer*.

Aspectos do *freelancer* do século XXI

Por jornalismo *freelancer*, a presente pesquisa vai utilizar a definição de Burkhardt (2006), devido a sua proximidade com as teorias que consideram a centralidade do mundo do trabalho. Para Burkhardt (2006):

Por jornalismo free-lance, entende-se a forma de exercício da profissão sem vínculo empregatício, na qual freqüentemente o jornalista atua por conta própria, oferecendo seus serviços a empresas do setor, e é pago por tarefa.[...] Assim, a expansão atual do jornalismo free-lance estaria relacionada à difusão de formas contratuais não-tradicionais no quadro da reestruturação produtiva e do desenvolvimento de um novo padrão de acumulação – a acumulação flexível – no capitalismo contemporâneo (p. 41).

O modelo de trabalho *freelancer* esteve presente nas redações, bem ou mal, desde o surgimento da imprensa profissional no decorrer do século XX. Naquele período, este modelo de trabalho tinha mais protagonismo e autonomia por parte do profissional.

O jornalismo free-lance, contudo, mesmo no apogeu da organização “fordista” das redações, persistiu como um resquício dos velhos tempos de improvisação. Entretanto, o *freelancer* deixou de ser uma figura típica para tornar-se um outsider, um profissional que por razões pessoais – uma maior remuneração ou a possibilidade de trabalhar para várias empresas a um só tempo, gozando de um

acentuado poder de barganha nas negociações salariais mantidas com cada uma delas isoladamente – preferia manter-se à margem da regulamentação (BURKHARDT, 2006, p. 49).

Entretanto, as modificações no mundo do trabalho apontadas por Harvey (2014) e Antunes (2015) parecem influenciar o *freelancer* no jornalismo. Das características apresentadas na reestruturação produtiva, a tendência dos mercados para contratações mais flexíveis caminha com as características deste tipo de profissional. E determinado período soou como vantagem para o profissional devido ao maior poder de barganha e possibilidade de maior remuneração, hoje caminha com os interesses das empresas jornalísticas de menor remuneração e trabalho por demanda.

As vantagens apresentadas para o setor financeiro de redução de custos com gastos em mão de obra estável pela substituição da mão de obra instável e *freelancer* já estão sendo traduzidas em dados alarmantes, como apontam Deuze e Witschge (2015, p. 7):

A Federação Internacional de Jornalistas e a Organização Internacional do Trabalho observaram, em uma pesquisa de 2006 realizada entre sindicatos e associações de jornalistas de 38 países de todos os continentes, a rápida ascensão do chamado trabalho “atípico” nos meios de comunicação, documentando que perto de um terço dos jornalistas em todo o mundo não se sentem seguros no trabalho, sejam os permanentes ou os contratados sob outras condições. O jornalismo *freelance*, o empreendedorismo independente e a precarização do trabalho são proeminentes, particularmente entre os jovens repórteres e os recém-chegados no campo. O que é importante notar aqui é que os profissionais que trabalham de forma atípica hoje compõem a maior parte dos jornalistas.

Para tanto, este diagnóstico só é possível devido ao desenvolvimento tecnológico da sociedade e, em particular, o desenvolvimento tecnológico presente nas redações. Apesar da ambiguidade apresentada por Baldessar (2003), quando olhamos sob a ótica do profissional de fora das redações, as tecnologias de informação e difusão são parte quase que indispensável para a existência do tipo de jornalismo praticado em vias de desregulamentação profissional. Todo material e estrutura de redação de alta qualidade não é vivenciado pelo profissional *freelancer*. Suas formas de produção não envolvem o cotidiano da redação. Segundo Burkhardt (2006), em geral, seu equipamento de trabalho é pessoal e adquirido por conta própria.

Nas redações, os profissionais multimídia e os extremos de acúmulo de funções permitem que a produção neste ambiente seja intensificada. Entretanto, o trabalho de ir às ruas, procurar pautas, experienciar o cotidiano urbano, que é inerente a profissão

jornalística, pode estar sendo substituído por profissionais *freelancers* em condições precárias. A equação apontada por Mick (2013), de especialização altamente qualificada nas redações e trabalho precário e instável fora das redações se verifica no modelo de trabalho *freelancer*.

Lugar do jornalismo *freelancer* nas redações do século XXI

Portanto, qual lugar ocupa o jornalista *freelancer* no modelo atual de redação? Para Burkhardt (2006, p. 54 - 55), este modelo de trabalho pode ser tipificado nos seguintes enquadramentos: a) pagamento por tarefa, onde o jornalista executa determinado material, o jornal compra e encerra-se o vínculo (modelo comum na imprensa de interior com fechamento de sucursais a partir da década de 1990); b) trabalho por conta própria, onde a atividade é executada de forma parecida com o modelo anterior, entretanto a iniciativa do trabalho parte do próprio profissional; c) *freelancer* “fixo”, onde há uma espécie de contratação utilizando-se de brechas da lei, sem seguir as leis contratuais pré-estabelecidas pela legislação, em geral há pagamento periódico, mas não há benefícios como férias e décimo terceiro salário; e d) terceirização, também conhecido como pejetização, onde o trabalhador é contratado como pessoa jurídica, o que acarreta em ausência de benefícios inerentes à condição de trabalhador.

Todas as formas apresentadas nas categorias de Burkhardt (2006) se enquadram nos níveis de precarização de trabalho no jornalismo apresentado por Mick (2013). Em geral são trabalhadores com jornadas excessivas, multifuncionalidade, alta produtividade, enquadrados em diversas formas de exploração do trabalho, baixa remuneração e não possuem benefícios não salariais.

É interessante destacar também, que estas formas de relação de trabalho se asseguram por um discurso anacrônico de maior autonomia e liberdade de execução do trabalho percebido nos profissionais *freelancers*. Este discurso tem semelhanças com a posição que o *freelancer* possuía antes das reestruturações produtivas, quando era um elemento de exceção nas redações. Hoje, sendo um dos protagonistas no trabalho feito nas redações, esse discurso funciona como disfarce de relações de trabalho, permitindo que as empresas imponham tais condições sem resistência por parte dos trabalhadores que se submetem. Ou quando há resistência, as soluções buscadas têm deixado de ser coletivas e predominam as soluções individuais e empreendedoras (BURKHARDT, 2006).

Outro fator determinante para a precarização do trabalho do jornalista *freelancer* no século XXI é a mão de obra flexível. Considerando que esse tipo de profissional não tem vínculos empregatícios rígidos, sua contratação se dá num universo de mão de obra desempregada de difícil mensuração. Os índices de competitividade e de subordinação a tais condições se intensificam. Em geral, os profissionais mais precários são os mais jovens, em início de carreira, que já encontram um mercado de trabalho precário por si só. Segundo Fígaro, Nonato e Grohmann (2013, p. 45), os mais jovens “estão trabalhando fora das redações e em trabalhos precarizados”. Prosseguem os autores:

São os mais jovens que não conseguem planejar a vida fora do curto prazo, vão em busca do cliente e consideram a informação como um produto. Ou seja, possuem um perfil profissional deslocado de valores coletivos; são individualistas e muito mais preocupados com o negócio, meio de vida (FÍGARO, NONATO e GROHMANN, 2013, p. 45).

Cabe compreender, afinal, os impactos que tais condições de trabalho têm no profissional enquanto sua subjetividade de trabalhador.

Questões sobre subjetividade em meio à reestruturação produtiva

O ato de ir para as ruas pressupõe que não há forma melhor de dizer o que nelas se passa se não as vivenciando e permitindo-se perder por elas no seu cotidiano. O jornalismo lida com os fatos de uma forma única, na qual a subjetividade é elemento crucial.

O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

Podem-se compreender as “determinações objetivas” enquanto o ato de ir às ruas e conhecer a realidade retratada de perto, o que permite aos jornalistas a proximidade com o objeto em questão: as ruas e as questões sociais do ambiente urbano. E podem-se compreender as “determinações subjetivas” como o olhar jornalístico e a forma de ver e apreender a realidade peculiar deste ofício.

Em um quadro de alto índice de mão de obra *freelancer* em condições precárias, produzir material jornalístico tende ao que Genro Filho (2012) criticou como pragmatismo jornalístico e funcionalismo espontâneo. Valores disseminados no campo profissional como

imparcialidade, objetividade e eficiência com relação a tempo de execução de tarefas se tornam imperativos.

Se por um lado as empresas jornalísticas possuem “interesses objetivos, inserem-se em articulações, dependem de financiamento, publicidade, tecnologia e aceitação social” (LAGE, 2012, p. 35), é de se compreender que neste ambiente se configure uma disputa de códigos, valores e interesses, ainda que esta seja uma disputa que não transpareça de imediato nos discursos formais dos jornalistas e dos proprietários de veículos de imprensa.

As incertezas e inseguranças estabelecidas pelas relações de trabalho instáveis no caso dos *freelancers* não podem permitir um bom desenvolvimento do ofício considerando-se aí autonomia para exercício do jornalismo. Quanto mais instáveis as relações de emprego, menos autonomia e independência tem o profissional:

A independência do jornalista é impossível, no sentido lato, se a relação de emprego não pressupõe algum tipo de estabilidade. O repórter *paladino da sociedade, defensor daquele que não têm quem os defenda*, pode ser a essência do bom jornalismo, mas é do ponto de vista empresarial, um tremendo criador de casos (LAGE, 2012, p. 35).

Considerando-se a subjetividade nos termos apresentados por Genro Filho (2012), o desenvolvimento das potencialidades do jornalismo como forma social de conhecimento se limitam e se enquadram a uma lógica de produção de notícias despreocupada com temas caros a uma sociedade com contradições capitalistas, como a sociedade brasileira.

Considerações finais

Ao que parece, o modelo de produção das redações observadas caminha com a tendência que David Harvey (2014) apresentou da reestruturação produtiva pós década de 1970, onde indica que a tendência do atual mercado é de maior concentração de trabalho “central” altamente especializado e maior produção realizada por produção flexível, trabalhadores instáveis que possam ser demitidos ou solicitados na medida em que convir às necessidades das empresas.

No caso do jornalismo, o trabalho “central”, em geral, é realizado por jornalistas multimídia e multifuncionais, enquanto a mão de obra instável é feita por profissionais *freelancers*, em geral jovens e em situação de precarização. Ambos os casos, em condições precárias de trabalho, o que não permite um bom desenvolvimento das potencialidades do jornalismo como forma social de conhecimento.

A aceleração do tempo de execução das tarefas para o profissional que tem sua remuneração diretamente ligada à demanda das redações conduz à produção que não reflete sobre o próprio peso que o jornalismo tem na sociedade. O funcionalismo espontâneo, ainda que não seja uma característica isolada desse modelo *freelancer* de trabalho, se agudiza. A subjetividade, inerente ao jornalismo enquanto partícula necessária para o potencial transcendente do modelo de sociedade que afirma a necessidade do jornalismo se dissolve sistematicamente nas relações de trabalho precárias e instáveis.

Como vimos, os padrões de produção industriais no jornalismo não só prejudicam os profissionais em suas condições de trabalho, como fazem um desserviço à sociedade no sentido de manutenção do status quo.

As soluções para crises de credibilidade e crises financeiras do modelo tradicional de redação têm perpassado em impactos na subjetividade do jornalista. Este trabalho espera ter demonstrado mais um caminho para debater as ausências no jornalismo e dificuldades verificadas no século XXI. Não se trata, porém, de um decreto de fim do bom jornalismo. À medida que o campo consegue compreender suas amarras, espera-se que novas formas de desenvolver o ofício possam ser fortalecidas, e que a velha contradição entre interesses empresariais e interesse público desenvolva novos rumos no sentido de melhorar o jornalismo.

Um dos apontamentos que a as reflexões apresentadas indicam para futuras pesquisas é de que o aumento nas redações de relações de trabalho *freelancer* enquanto estratégia de precarização para superação de crises financeiras tem tido impactos na subjetividade do profissional. Portanto, o *freelancer* precisaria ser compreendido em sua subjetividade. As relações de trabalho impostas para este tipo de profissional parecem ter grande influência para características como individualismo, autogestão, ausência de autonomia, dificuldades de planejamento de carreira e dificuldades de resistência coletiva. Planejado ou não, este tipo de profissional parece não só ter relações de trabalho favoráveis para empresas em momento de reestruturação produtiva, mas também ter uma tendência à execução pragmática de suas tarefas maior que o profissional com relações contratuais típicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada**: o cotidiano dos jornalistas com o cotidiano da redação. Florianópolis: Insular, 2003.

BURKHARDT, Fabiano. **Jornalistas Free-lancers: Trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2006. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociologia) – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2006.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**. Ano 2, V. 2, N. 4. 2015.

FÍGARO, Roseli, NONATO, Claudia, GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: SALTA/ATLAS, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuitas, 2014.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2012. Série Jornalismo a Rigor, Vol. 5.

MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In.: **11º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBPJor**, 2013, Brasília.

MICK, Jacques, RIBEIRO, Ângelo Augusto. A legitimação da multifuncionalidade: O caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). In: **13o. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor**, 2015, Campo Grande. Pesquisa em Jornalismo e reconfiguração de fronteiras: tensões, interfaces e diálogos. Campo Grande.

MÜLLER, Carlos Alves. A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais: impactos sobre a produção jornalística. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Cartografias do jornalismo: do parapeito da janela antiga à tela cibernética. **Estudos de jornalismo**, n. 5, v. 1. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1999 (4a edição).